

## BRASIL

# Ministério da Saúde quer adotar preço confidencial para ampliar o acesso a terapias de alto custo

A estratégia, já utilizada em países europeus, está em fase de desenho normativo e pode ter um projeto piloto ainda em 2026

**B**rasília - Diante da escalada dos preços de terapias inovadoras, muitas delas na casa de milhões de reais por paciente, o Ministério da Saúde prepara a adoção de contratos com preços confidenciais, as chamadas "compras silenciadas".

A estratégia, já utilizada em países europeus, está em fase de desenho normativo e pode ter um projeto piloto ainda em 2026, possivelmente na área de oncologia. A proposta vem sendo discutida com órgãos de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União), e o STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo o secretário-executivo da pasta, Adriano Massuda, a ideia é adaptar mecanismos já existentes na legislação de compras públicas, eventualmente com necessidade de ajustes normativos ou até mudanças legais. "Não estamos mais falando medicamentos de alto custo, mas de altíssimo custo. Há tratamentos que chegam a R\$ 20 milhões por paciente", disse ele durante um fórum da Fenasaúde (Fe-

deração Nacional de Saúde Suplementar) que ocorreu na quarta (6), em Brasília.

Nesse cenário, explica, manter os preços sob sigilo durante as negociações permitiria ao governo obter descontos mais expressivos sem pressionar o mercado internacional, onde valores divulgados tendem a servir de referência para outros países.

"Não é ausência de controle. É um modelo que precisa ser auditável e rastreável, com segurança para o uso do recurso público", afirmou Massuda.

Estimativas do ministério indicam que descontos obtidos por meio de negociações sigilosas podem chegar a 70%, embora os dados internacionais sejam limitados justamente pela natureza confidencial dos contratos.

A experiência internacional é um dos pilares do estudo brasileiro. O Nice (National Institute for Health and Care Excellence), referência global em avaliação de tecnologias em saúde, utiliza acordos confidenciais para viabilizar a incorporação de

medicamentos de alto custo no sistema público britânico.

Em dezembro de 2025, o Brasil firmou cooperação com o Reino Unido, incluindo a aproximação entre o Nice e a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), responsável por avaliar a inclusão de novos tratamentos no SUS.

Para o governo, a economia potencial não tem como objetivo reduzir gastos absolutos, mas ampliar a capacidade de investimento. "O custo de um único tratamento pode equivaler ao financiamento de uma equipe inteira de Saúde da Família por um ano", afirma o secretário.

A pressão orçamentária é crescente. Apenas com judicialização da saúde - ações individuais que obrigam o fornecimento de medicamentos - o governo federal prevê gastar cerca de R\$ 2,5 bilhões em 2026, beneficiando cerca de 5 mil pacientes.

Parte dessas demandas envolve terapias ainda em fase experimental ou não incorporadas oficialmente, o que, segundo Massuda, distorce a



Arquivo

Manter os preços sob sigilo durante as negociações permitiria ao governo obter descontos mais expressivos

alocação de recursos e favorece estratégias de mercado da indústria farmacêutica.

Apesar do entusiasmo do governo e do interesse declarado de empresas farmacêuticas, a proposta enfrenta críticas.

Especialistas em políticas de medicamentos alertam que compras sigilosas comprometem transparência, enfraquecem comparações internacionais e prejudicam países de renda média como o Brasil, com menor poder de barganha frente a farmacêuticas com monopólios.

Casos recentes reforçam

essas preocupações. Na África do Sul, contratos sigilosos para compra de vacinas durante a pandemia de Covid-19 vieram a público após ação judicial e revelaram preços entre 15% e 33% superiores aos pagos por outros blocos econômicos.

Há também o argumento de que acordos confidenciais podem comprometer políticas baseadas em preços de referência, que dependem justamente da transparência para funcionar. Sem dados públicos, perde-se a capacidade de comparar valores e negociar coletivamente em nível internacional.

## Ao menos uma, em cada dez mulheres em todo Brasil, é vítima de violência do seu parceiro, aponta estudo

**B**rasília - Cerca de 11 milhões de mulheres no Brasil tinham sofrido, em 2023, violência de parceiro íntimo, aponta o estudo Global Burden of Disease, publicado na revista The Lancet. O número representa entre 10% e 14% dessa população com 15 anos ou mais, segundo o relatório.

O levantamento, que analisa o impacto de doenças

e fatores de risco em escala global, posiciona o Brasil em uma faixa intermediária no cenário internacional, próxima à observada em outros países da América Latina.

A região não concentra os índices mais altos do mundo, mas mantém uma ocorrência contínua de violência, espalhada entre diferentes contextos sociais.

Em nível global, a pro-

porção é mais alta: cerca de uma em cada cinco mulheres já sofreu violência de parceiro íntimo. O contraste ajuda a dimensionar o problema - ainda que o Brasil não esteja entre os países com maior prevalência, a violência se mantém disseminada e constante, com ao menos 1 afetada em cada 10 - taxa que pode chegar a 1 a cada 7.

Na comparação global, o quadro varia. Enquanto partes da África e do sul da Ásia registram níveis mais elevados, países latino-americanos convivem com uma violência menos extrema, porém persistente, sem sinais claros de recuo ao longo do tempo.

A escala do problema aparece nos números consolidados pelo estudo. São 608

milhões de mulheres com 15 anos ou mais que já sofreram violência de parceiro íntimo. Entre homens e mulheres, 1,01 bilhão relatam violência sexual na infância.

A violência sexual na infância somou 32,2 milhões. Na prática, isso coloca a violência entre os principais fatores de risco à saúde de mulheres de 15 a 49 anos no mundo.

## Desenrola 2.0 diminui o limite do consignado para o INSS e de servidores e muda regra do cartão de crédito

**B**rasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alterou as regras do crédito consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para ampliar o prazo de pagamento para até nove anos e reduzir a margem consignável - o quanto se pode comprometer do benefício com o empréstimo - de 45% para 40%.

A mudança atinge o car-

tão de crédito consignado e o cartão de benefício, alvo de processo no TCU (Tribunal de Contas da União), que levou à suspensão do empréstimo por parte do tribunal na quarta-feira (29).

Uma das principais alterações é o fim da margem exclusiva de 10% destinada ao cartão de crédito consignado e ao cartão de benefícios (sendo 5% para cada moda-

lidade). Com isso, o limite total de consignação, que antes era de 45%, passa a ser de 40% da renda.

Os cartões continuam existindo, mas passam a disputar um espaço menor dentro do limite oferecido a cada beneficiário. Antes, era possível destinar 35% com o empréstimo e era oferecida uma cota extra de 10% para uso exclusivo do cartão con-

signado e de benefício. Agora, o limite total cai de 45% para 40% e a reserva exclusiva deixa de existir.

### O QUE MUDA

- Prazo para pagamento aumenta de oito para nove anos;
- O percentual total que o aposentado pode comprometer cai de 45% para 40%;
- Esse limite cairá 2 pon-

tos percentuais por ano, até chegar a 30%, valor que antigamente era aplicado;

- Cartão consignado e de benefícios deixa de ter margem exclusiva e disputa espaço com o empréstimo tradicional. Será possível gastar até 10% da margem total com cartão;
- A carência para pagar a primeira parcela do empréstimo passa a ser de até 90 dias.